

Por um novo significado do futuro

mudança social, jovens e tempo

Carmen Leccardi

Tradução de Norberto Luiz Guarinello

Introdução

Tradicionalmente, o mecanismo denominado “diferimento das recompensas”¹ – a repressão dos impulsos hedonísticos, a determinação de adiar para um tempo vindouro a satisfação possível que o tempo presente pode garantir, em vista dos benefícios que esse adiamento torna possíveis – estava na base dos processos modernos de socialização. Se considerarmos a fase juvenil como uma fase biográfica de “preparação” para a vida adulta, o diferimento das recompensas aparece como a chave mestra para garantir o sucesso dessa última. Nessa perspectiva, com efeito, é em virtude da capacidade de viver o presente em função do futuro – e, portanto, sacrificar os aspectos “expressivos” das ações em favor daqueles instrumentais² – que o processo de transição pode alcançar um resultado positivo. Aqui, o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro. Da mesma maneira, o tempo de vida juvenil, graças à relação positiva com o presente, construída em torno do devir que ela prefigura, pode ser representado como um tempo de espera ativa, uma fase que deve consentir uma transição por sua vez positiva para a idade adulta. Como escreveu Alessandro Cavalli com relação à estreita conexão entre diferimento das recompensas e disciplina temporal: “Se o objetivo é determinado e desejável, também a necessidade de suportar ou de impor-se uma [...]

1. Optamos por traduzir o termo “differimento” por “diferimento” – e não por “adiamento” (“aggiornamento”, em italiano), mais comum – para manter o caráter alusivo do termo tanto à psicanálise, na qual se emprega como termo técnico, como às teorias desconstrutivistas à la Derrida (N. E.).

2. Pode-se considerar “expressiva” a ação que não pressupõe nenhum investimento temporal e que entende a ação em si mesma como seu próprio objetivo. A dimensão temporal com a qual o agir expressivo é identificado é o presente. As atividades de consumo

podem ser consideradas, sob esse ângulo, um emblema da dimensão expressiva da ação. As ações instrumentais, ao contrário, são guiadas pela racionalidade do objetivo (*Zweckrationalität*) e pressupõem a capacidade de se posicionar no interior de um horizonte temporal distinto do aqui e agora.

3. Nas sociedades ocidentais, a partir da Revolução Francesa, e por quase dois séculos, o sentido do agir – não apenas individual, mas também coletivo – foi ligado ao futuro. Ver, a propósito, as reflexões de Neckel (1988).

4. “A biografia de um indivíduo é por ele apreendida como [...] projeto”, ressaltam, por exemplo, Berger, Berger e Kellner (1973, p. 71). O projeto, como se sabe, está no centro das reflexões da sociologia fenomenológica. Schutz, que retoma o interesse de Husserl pelo caráter participativo do agir (o “ser orientado para”), analisa-o, por exemplo, em relação à ação, considerada um “comportamento projetado”, e estuda sua estrutura temporal. Cf. Schutz (1971).

disciplina torna-se, subjetivamente, uma estratégia adequada” (Cavalli, 1980, p. 523). A identidade pessoal, conseqüentemente, constrói-se em relação a uma projeção de si no tempo vindouro (o que quero ser?), graças à qual não apenas o passado adquire sentido, mas também é tolerada uma eventual frustração que pode acompanhar as experiências do presente.

Portanto, se o futuro é considerado a dimensão depositária do sentido do agir³; se é representado como o tempo estratégico na definição de si, o veículo pelo qual, em direta ligação com o passado, a narração biográfica toma forma, o diferimento da recompensa pode, então, ser aceito. Nessa perspectiva, o futuro é o espaço para a construção de um *projeto de vida*⁴ e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que *coisa* se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, *quem* se será. Em suma, a perspectiva biográfica à qual remete o diferimento das recompensas implica a presença de um horizonte temporal estendido, uma grande capacidade de autocontrole, uma conduta de vida para a qual a programação do tempo se torna crucial. O tempo cotidiano é cuidadosamente investido e desfrutado de modo análogo ao dinheiro; é programado, e seu uso, racionalizado. Max Weber escreveu páginas memoráveis sobre essa orientação específica da ação em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (cf. Weber, [1922]⁵ 1965).

Esse mecanismo é ainda considerado evidente, e as novas condições temporais do agir, mesmo que freqüentemente evocadas pelo discurso comum e também pela comunicação da mídia, muitas vezes não são adequadamente discutidas na reflexão sobre as construções biográficas juvenis⁶. É necessário interrogar, por exemplo, se e em que medida a relação entre projeto, tempo biográfico e identidade, que o diferimento das recompensas pressupõe, pode ainda ser considerada válida em um clima social como o contemporâneo, no qual o componente de incerteza tende a dominar e onde fermentam as vivências contingentes (cf. Beck, 1999; Bauman 2000a). Com efeito, quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a idéia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio fundamento subtraído. Além disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de *performance* são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação. Mais do que renunciar às recompensas que o presente pode oferecer, convém então

estar treinado para “aproveitar o instante”, para não fechar a porta ao imprevisto, dispor-se mentalmente em termos positivos com relação a uma indeterminação carregada de potencialidade⁷.

Nesse horizonte temporal comprimido, o próprio significado da idade juvenil se transforma. Quem a vivencia tende a apreciá-la mais por aquilo que pode oferecer no presente do que pelo tempo futuro que ela virtualmente descortina. Conseqüentemente, os desejos e as exigências estruturam-se em relação ao presente: a “boa vida” não se baseia mais em um compromisso de longa duração, a idéia de estabilidade perde valor (cf. Rosa, 2003).

Para compreender de maneira adequada a profundidade dessas transformações, concentrarei minha atenção primeiro nas ênfases e nos aspectos semânticos novos que caracterizam a dimensão do futuro, tendo o cuidado de esclarecer preliminarmente as modificações de significado que investiram a concepção do devir na trajetória em direção à modernidade. Em um segundo momento, deter-me-ei nas transformações contemporâneas do modo de conceituar o transcorrer da vida juvenil e o projeto biográfico. Utilizando os resultados de uma pesquisa recente realizada na Itália sobre a relação entre jovens e temporalidade, da qual participei pessoalmente⁸, analisarei algumas formas novas de criação de projetos juvenis, fruto da crise da juventude como fase de transição para a idade adulta e do mecanismo de diferimento das recompensas que está em sua base.

Futuro e consciência do tempo

As orientações temporais sociais podem ser consideradas um indicador das diferentes “épocas cognitivas” da humanidade, dos diferentes modelos de mundo que se sucederam no curso do processo de civilização. Como Norbert Elias ([1984] 1986) esclareceu, a consciência temporal, o modo de conceber e de vivenciar o tempo, não é nem um dado biológico, nem um dado metafísico. Trata-se, antes, de uma dimensão social que muda com a sucessão das gerações, de acordo com seus diferentes *habitus*, com as diferentes condições de desenvolvimento das sociedades nas quais elas vivem. De acordo com essa interpretação, a capacidade de temporalização seria o resultado de um longo e difícil processo evolutivo, em escala plurissecular, procedendo do concreto em direção ao abstrato. Em outros termos, quanto mais as sociedades se diferenciam, mais os conceitos temporais tendem à abstração, a um grau mais elevado de síntese conceitual.

5. A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (N.E.).

6. A esse respeito, permito-me remeter a Leccardi (2005a, pp. 123-146).

7. Para uma reflexão sobre esse ponto de vista existencial, ver Bauman (2000b).

8. Os resultados da pesquisa, de âmbito nacional e de tipo qualitativo, realizada em 2002-2003, estão em Crespi (2005).

Nesse processo, o modo de interpretar e de relacionar passado, presente e futuro também aparece como uma variável. Ele se transforma, segundo Elias, por meio de uma tendência análoga, segundo a qual o ponto focal da atenção se desloca da concretude do presente para uma dimensão, como a do futuro, não passível de experiência direta, apenas imaginária.

Assim como nas sociedades pré-estatais as cadeias de interdependência são comparativamente mais curtas, da mesma maneira, entre seus membros, a percepção do passado e do futuro como separados do presente é menos desenvolvida. Na experiência desses homens o presente imediato, o aqui e o agora, tem um peso maior que o passado, por um lado, e que o futuro, por outro. Também o agir humano é dirigido, em seu grau máximo, para necessidades e impulsos presentes. Nas sociedades mais tardias, pelo contrário, o passado, o presente e o futuro são claramente diferenciados. A necessidade e a capacidade de prever e levar em conta um futuro relativamente longínquo exercem uma influência cada vez maior sobre todas as atividades [...] (*Idem*, pp. 169-170).

Na mudança descrita por Elias sintetiza-se, como teremos ocasião de considerar ao analisar as transformações da idéia de futuro, um percurso que resume bem a passagem da “tradição à modernidade”.

Na época moderna, o futuro torna-se o novo centro da práxis humana, a aposta, o risco e o desafio com os quais é necessário defrontar-se. Pela primeira vez, com a modernidade, perdem a eficácia instâncias extra-históricas às quais se possa imputar sua criação. O futuro depende inteiramente do agir dos sujeitos; o mesmo acontece com a história. Ambos são construídos e projetados.

A idéia moderna de futuro com a qual nos acostumamos – uma dimensão separada do presente e distinta do passado, controlável e planejável – nasce em uma época relativamente recente, entre os séculos XVII e XVIII, com a afirmação da concepção linear do tempo na razão cultural européia (cf. Gourevitch, 1975)⁹. Gostaria de deter-me brevemente sobre essa concepção e sobre as diferenças entre as imagens de futuro nas duas percepções, cíclica e linear do tempo, antes de considerar a categoria de *futuro aberto*, ponto cardinal da (primeira) modernidade.

A consciência dos homens primitivos não percebe a mudança como ruptura e descontinuidade. O futuro, por esse ângulo, não se diferencia do passado. No novo, a mentalidade primitiva reencontra o antigo. Uma concepção linear do tempo, com efeito, está totalmente ausente nas socieda-

9. Luhmann (1978) recorda que remonta ao período da Revolução Francesa o uso comum do termo futuro.

des arcaicas. O tempo não escorre do passado ao futuro, mas é interpretado segundo um esquema cíclico: o que já foi será novamente, apenas um intervalo mais ou menos longo separa passado e futuro. São os ritmos da natureza, a sucessão das estações e os ritmos produtivos que aqueles cadenciam que constituem os parâmetros temporais sociais. O tempo, aqui, não é separado da ação ou de seus conteúdos: falta, em outros termos, qualquer conotação do tempo como entidade abstrata e quantificável.

Pelo contrário, o pensamento arcaico diferencia, como se sabe, entre um tempo sagrado e um tempo profano (cf. Eliade, [1948] 1976; Durkheim, [1912] 1963). O primeiro permite, por intermédio da festa e do rito, a reprodução do tempo original, do tempo mítico. O segundo é um tempo de preparação para a irrupção do primeiro na vida social, útil para cadenciar os ritmos temporais, para separar claramente as áreas simbólicas do mágico, do extraordinário, daquelas da vida ordinária. Nesse mundo temporal descontínuo, centrado no presente, reversível, medido por eventos concretos, o tempo sagrado permite não apenas a perpetuação do universo, como também o “enganar” a morte.

Inexiste, nessa concepção do tempo, a idéia de futuro a longo prazo. Para além do que ocorre no imediatismo do ambiente circunstante, estende-se uma cortina que impede observar o tempo, interrogar-se sobre seu significado. Para lá do presente, abre-se o território misterioso da lenda, do mito, do qual só é possível aproximar-se por intermédio da dimensão do ritual. De fato, todas as três áreas temporais, do passado, do presente e do futuro, aparecem indistinguíveis umas das outras – todas as três são igualmente subtraídas do controle humano. O mito do eterno retorno as estrutura.

Uma importância análoga da dimensão mítica da realidade dá forma à consciência temporal helênica (cf. Vernant, [1965] 1970). Apesar de no pensamento grego conviverem diferentes dimensões temporais, é sobretudo a concepção cíclica do tempo que de fato prevalece. Também nesse cenário é o passado mítico, e certamente não o futuro, o coração do mundo social. Mais uma vez, o destino governa o tempo: tanto os seres humanos como os deuses estão submetidos a seus desejos. A percepção do tempo resultante é essencialmente estática e externa ao conceito de evolução histórica. Na Antigüidade, como afirma Gourevitch, a história coincide com “o eterno retorno das mesmas formas políticas segundo uma ordem determinada” (1975, p. 263).

A ruptura dessa imagem temporal relaciona-se com a difusão da concepção cristã do tempo, a partir de uma trajetória longa e complexa. O

tempo, segundo essa concepção, não avança mais por um movimento circular, mas linear. O tempo terrestre (*tempus*) e o tempo da eternidade (*aeternitas*) são separados conceitualmente: abre-se, assim, o primeiro espaço para a representação do tempo como entidade potencialmente controlável pelos seres humanos.

Diferentemente do helênico, o tempo cristão não olha mais apenas para o passado. Nem, como o tempo hebraico expresso no Antigo Testamento, apenas para o futuro. Passado, presente e futuro inscrevem-se, todos plenamente, no fluir incoercido do tempo que se estende entre os dois pólos – da Gênese, por um lado, e do Apocalipse, por outro. No centro desse fluir há o advento de Cristo (cf. Pattaro, 1975). É a dimensão vetorial – depois herdada e transformada pela sociedade industrial – que se torna dominante. Parte-se “de” para chegar “ao” último dia do mundo: a fé garante a riqueza do sentido desse percurso.

Contrastando com a visão cíclica do tempo, fortemente presente na cultura helênica, a concepção cristã afirma que o que ocorre no tempo acontece apenas uma vez, é algo único e carregado de significado. O tempo histórico adquire consistência e estrutura-se como uma arena na qual se expressa o livre-arbítrio: mesmo se, em última instância, a participação humana na história é iluminada pelo fato de ser parte de um projeto divino. Os atores desse tempo são, em primeiro lugar, Deus, em cujas mãos passado, presente e futuro são confiados, e, em segundo lugar, o conjunto da comunidade cristã; nunca o indivíduo. Em outras palavras, a idéia de futuro, assim como a de história, apenas se torna patrimônio da humanidade em virtude do fato de os seres humanos serem criaturas divinas.

O futuro humano conhece, entretanto, um limite supremo: é fechado pelo Apocalipse, o ponto final da história. O tempo cristão parece, assim, essencialmente dramático, não apenas em razão da existência desse limite intransponível, mas também pela conotação da vida terrestre como uma eterna disputa entre bem e mal.

Modernidade e “futuro aberto”

A modernidade laiciza essa concepção do tempo. O tempo permanece vetorial, mas “é expurgado de qualquer idéia de um fim e esvaziado de qualquer outro sentido senão o de ser um processo estruturado por um antes e um depois” (Agamben, 1978, p. 97). Um esquema desse tipo, como sublinha Agamben, é o mais funcional – com seu tempo homogê-

neo, sem qualidade, incontido e intercambiável – para a difusão das manufaturas. Aparece como *conditio sine qua non* para a utilização de máquinas no trabalho humano. A partir da nova organização do trabalho na sociedade industrial, o tempo linear da concepção judaico-cristã é englobado em uma concepção de mundo radicalmente diferente, secularizada. O progresso (mundano) toma o lugar da perfeição (espiritual). Nas palavras de Koselleck, essa passagem substitui “a doutrina do julgamento universal pelo risco de um futuro aberto” (1986, p. 311). Novidade absoluta, o futuro é subtraído da dupla influência divina e natural, e submetido ao domínio humano. Abre-se, assim, tanto ao novo como ao incerto.

Formulado pela filosofia iluminista, o conceito de *futuro aberto* exercerá, ao menos por dois séculos, uma influência profunda e difusa nos esquemas culturais da modernidade. Evaporada a idéia de um plano divino para o futuro, o devir aparece ligado, por um duplo fio, às escolhas e às decisões do presente.

Um universo cada vez mais “futurista” suplanta o universo “passadista” anterior à Revolução Francesa. Nas palavras de Pomian, “desloca-se o centro de gravidade do tempo”, invertendo os fundamentos da tradição. Um mundo

[...] no qual se procurava apenas produzir o que já fora, imitar respeitosamente os exemplos transmitidos pela tradição ou tomados daquela que se julgava ser a natureza, conformar-se a um costume imemorial [é substituído por] um mundo no qual a maior estima é atribuída à inovação, à invenção, à descoberta, tanto econômica como científica ou técnica; no qual o primado nas artes, nas letras e mesmo nos costumes é concedido ao que é original, inédito, nunca visto; no qual as antecipações prevalecem sobre os hábitos e as expectativas sobre as recordações (Pomian, 1981, p. 108).

Conseqüentemente, expectativas sobre o futuro e experiências amadurecidas no passado não são mais correspondentes: o progresso as dissocia. O movimento e a transformação contínua e acelerada do ambiente social enfraquecem a experiência, impedindo-a de aparecer no horizonte das expectativas (cf. Koselleck, 1986). O futuro, de modo análogo à história, não pode, com efeito, repetir-se: por antonomásia, é o reino do novo, do inédito, é um agente do progresso (o futuro será sempre melhor que o passado). É desse futuro, e não mais do passado, que se origina a nova identidade temporal das sociedades ocidentais.

Em concordância com o profundo otimismo da ideologia do progresso, uma ideologia que permeou de modo maciço a vida do Ocidente de meados do século XVIII a meados, aproximadamente, do século XX, o controle sobre o futuro foi dado como evidente. O tempo aberto e irreversível do futuro avança, sem incertezas, na direção de um indiscutível melhoramento.

A perda da instância extra-histórica na relação com o futuro faz convergir a atenção sobre a autonomia do indivíduo: não mais sua posição definida, mas sua capacidade de projetar-se individualmente torna-se a fonte primária de identidade e o princípio organizador da biografia. O futuro aparece, com efeito, como um horizonte temporal subjetivamente influenciável, à disposição dos indivíduos como espaço de experimentação. Como já se sublinhou, a distância entre “o que acontece e o que se pode fazer” e a exigência de superá-la estão na base da própria idéia de indivíduo moderno (cf. Bauman, 1995).

Do ponto de vista funcional, a projeção do tempo torna-se o equivalente moderno das práticas mágicas das sociedades arcaicas: ele aparece como um antídoto racional contra a incerteza gerada pelo futuro. Com a conquista humana sobre o devir, operada pela modernidade, nasce, com efeito, o problema da morte. O mundo moderno postula, como já se escreveu, “uma infinidade de tempo em um universo indiferente à existência humana” (Spencer, 1986, p. 686). Se a *Weltanschauung* religiosa trazia a vida humana para o centro do cosmos, o universo da modernidade, guiado por forças não espirituais, a vê como um “mero acidente ou uma excrescência” (*Idem, ibidem*). Assegurar-se do futuro, projetando-o, é também um modo de controlar a inquietação que essa situação gera. No futuro aberto, liberdade e incerteza aparecem, com efeito, como as duas faces de uma mesma cabeça.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e com uma aceleração progressiva, essa vivência da incerteza transforma-se em um comportamento verdadeiramente defensivo. O futuro começa a ser mais temido que almejado; seu pensamento torna-se freqüentemente, sempre que possível, exorcizado. A expressão “crise do futuro” sintetiza bem esse difuso mal-estar (cf. Pomian, 1981).

“Segunda modernidade”, ricas globais e crise do futuro

É conveniente esclarecer, agora, a distinção, implícita nessas reflexões, entre uma “primeira” e uma “segunda” modernidade. Seguindo a proposta analítica de Ulrich Beck (1999), podemos definir como primeira moderni-

dade o período que se estende do início da modernidade industrial, entre os séculos XVII e XVIII, até o início do século XX, período no qual domina a realidade do Estado-nacional e cuja lógica vencedora é a do progresso associada à idéia de controle (em primeiro lugar sobre a natureza). Identidades e papéis sociais aparecem estreitamente interligados em seu interior. A segunda modernidade, pelo contrário, a modernidade contemporânea, filha do sucesso da modernização, parece cada vez mais governada por processos como a intensificação da globalização e dos mercados globais, o pluralismo dos valores e das autoridades, o individualismo institucionalizado. No plano cultural, parecem favorecidas as formas de identidade compósita, nas quais elementos globais e locais se misturam, impondo a convivência conflituosa entre diferentes imagens de si, as “identidades cosmopolitas” (cf. Beck, 2004).

Como sabemos por nossa experiência direta, e não apenas por reflexões teóricas, essa modernidade caracteriza-se por uma dimensão de *riscos globais*: crise ambiental, terrorismo internacional, ameaças econômicas (mas também, por exemplo, sanitárias) de tipo planetário, novas modalidades de desigualdade social, a partir do empobrecimento crescente de áreas cada vez mais vastas do planeta, e, associadas a essa última, novas formas de subocupação com reflexos devastadores no plano existencial. Nesse cenário, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle, certeza, todos os aspectos que contribuíram para definir o perfil social da primeira modernidade. Enquanto essa última pode ser, assim, considerada a expressão do projeto iluminista de superação da idéia de limite – de qualquer limite, a partir daqueles ligados ao conhecimento –, a modernidade contemporânea obriga-nos a confrontar a impossibilidade da idéia de controle (cf. Leccardi, 1999). Se o futuro que a primeira modernidade observava era o *futuro aberto*, o futuro da modernidade contemporânea é o futuro *indeterminado e indeterminável*, governado pelo risco.

Detenhamo-nos brevemente sobre essa dimensão, que se revela de uma importância estratégica para compreender o alcance das mudanças ocorridas na interpretação e no estranhamento do futuro. O risco aparece, nesse cenário, mais como resultado da perda de relação entre intenção e resultado, entre racionalidade instrumental e controle, do que, na acepção científica comum, como relação entre um evento e a probabilidade de que este ocorra. Enquanto, na primeira modernidade, o termo risco era substantivamente conceituado como uma modalidade de cálculo de conseqüências não previsíveis – tratava-se, em suma, de “tornar previsível o imprevisível”

mediante o cálculo probabilístico –, na modernidade contemporânea a reflexão sobre os riscos impõe instrumentos conceituais de outra ordem. Esses riscos não parecem governáveis pelos métodos da racionalidade instrumental, são riscos de alcance global e sua prevenção torna-se particularmente difícil. Uma espécie de “realidade virtual”, uma realidade *in fieri* com caráter ameaçador, envolve o futuro em um manto de pesada incerteza.

A peculiar incerteza que esses riscos geram está ligada, sobretudo, a seu caráter *humanamente produzido*, resultado do crescimento do conhecimento que caracteriza nossa época: riscos imponderáveis mas humanamente produzidos são as mudanças climáticas – basta pensar no buraco da camada de ozônio – ou os riscos ligados à energia nuclear; o mesmo é válido para doenças como a BSE (“doença da vaca louca”) ou a SARS (“gripe asiática”). Em uma época de riscos globais como a nossa, portanto, interrompe-se o imponente processo de “colonização do futuro” posto em marcha pela primeira modernidade. O futuro foge de nosso controle, com repercussões profundas nos planos político e social. A nova realidade produzida pela difusão de riscos globais transforma o futuro da terra prometida num cenário pintado com tintas foscas, se não abertamente ameaçadoras, para a existência coletiva.

É importante ressaltar o vínculo estreito entre essa categoria particular de riscos e o futuro. Por sua própria constituição, com efeito, esses riscos são, por assim dizer, “construídos” e alimentados em sentido próprio pela relação com o futuro – embora nada nos digam sobre o que, de positivo, devemos perseguir no futuro. Não nos falam de um “bem”, mas concentram a atenção exclusivamente sobre os “males” que o futuro pode difundir. A idéia de futuro a que conduzem é, portanto, não determinada e, ao mesmo tempo, marcada por um sentimento difuso de alarme, associado a uma sensação de impotência.

Novas formas de temporalização

Os cenários de riscos imensos acima mencionados – e capazes, entre outras coisas, de projetar-se sobre arcos temporais também muito estendidos: a distância temporal entre as ações e seus efeitos, na época do risco, pode tornar-se decisivamente consistente (cf. Adam, 1998, 1999) – têm influência sobre os modos de temporalização, sobre os quais convém agora que nos detenhamos. Se, com o termo temporalização, entendemos a perspectiva segundo a qual passado e futuro, experiências e expectativas, de-

vem ser continuamente relacionados uns com os outros e sempre coordenados de novo¹⁰, não é difícil perceber que em uma época de riscos difusos a capacidade de apreender o tempo tende a fragmentar-se. Um horizonte futuro, ocupado pela dimensão do risco, impede, por exemplo, a construção de narrativas biográficas nas quais um evento qualquer apareça relacionado a um outro e seja capaz, de modo inteligível, de condicioná-lo.

Analisando os reflexos temporais das condições de incerteza contemporânea, Zygmunt Bauman, por exemplo, afirma:

No passado, os períodos de tempo recebiam seu próprio significado da antecipação de novos segmentos, ainda por acontecer, do *continuum* temporal; agora, esperamos que extraiam seu próprio sentido, por assim dizer, de seu interior: que se justifiquem sem nenhuma referência ao futuro, ou referindo-se a ele de maneira apenas superficial. Os intervalos de tempo dispõem-se um ao lado do outro e não em uma progressão lógica; não há uma lógica pré-ordenada em sua sucessão; podem mudar facilmente de posição, sem transgredir nenhuma regra de ferro: os setores do *continuum* temporal são, em teoria, intercambiáveis. Qualquer momento específico deve autolegitimar-se e oferecer a máxima satisfação pessoal (2000c, p. 83).

Essa pulverização da experiência do tempo – é quase inevitável – conduz a uma atenção especial em relação ao presente, “a única dimensão do tempo que é freqüentada sem desconforto e sobre a qual a atenção se detém sem dificuldade” (Tabboni, 1986, p. 123). Também nesse caso os jovens são um termômetro particularmente sensível dessas transformações. Já nos anos de 1980, as pesquisas sobre o tempo dos jovens¹¹ registravam, por exemplo, a passagem do futuro para o presente, em particular para o “presente estendido”, como área de governo potencial do tempo social e individual.

Com o termo “presente estendido” entende-se o espaço temporal que bordejia o presente, adquirindo um valor crescente, paralelamente à aceleração temporal contemporânea, favorecida pela velocidade dos tempos tecnológicos e pela exigência de flexibilidade que é seu corolário. Segundo Helga Nowotny (1994), que aprofundou esse conceito, tendo-se abolido a categoria agora pouco funcional de futuro, torna-se necessário reformular o conceito de presente, constituindo-o como referente central dos horizontes temporais contemporâneos. Nessa perspectiva, não mais o futuro, mas o presente mais próximo – o lapso temporal suficientemente breve para não fugir ao domínio humano e social, mas também suficientemente

10. Ver, a propósito, as reflexões de Koselleck (1986).

11. Ver, para a Itália, Cavalli (1985). Tive a possibilidade de participar pessoalmente dessa pesquisa, a primeira na Itália a defrontar-se, no início dos anos de 1980, com esse importante aspecto da condição juvenil contemporânea.

12. Segundo o filósofo alemão Hermann Lübbe (1998), em virtude dos intensos processos de mudança, nos quais a velocidade da inovação tecnológica alia-se à aceleração dos ritmos de vida em um espaço globalizado, também a dimensão do presente, em nossos dias, acabaria por contrair-se. Verificar-se-ia, nesse caso, uma perda do próprio presente – e não apenas do futuro – como espaço da escolha e da elaboração reflexiva da ação.

13. Aprofundei-me nesse tema no volume *Futuro breve* (1996), dedicado ao estudo das formas projetivas das mulheres jovens.

amplo para consentir alguma forma de projeção para além no tempo – tornar-se-ia o novo tempo da ação. Nos quadros temporais de fins do século XX, em suma, o presente (ora mais, ora menos estendido) aparece como a única dimensão temporal disponível para a definição das escolhas, um verdadeiro horizonte existencial que, em certo sentido, *inclui e substitui* futuro e passado¹².

Nesse contexto, parece claro o esgotamento da própria idéia de projeto – que podemos definir aqui como uma forma de seleção, subjetivamente construída, entre múltiplos “futuros virtuais” disponíveis, capaz de destilar, das fantasias e dos desejos que o substantivam, objetivos alcançáveis, dotados de uma clara medida temporal¹³. Mas pode-se ainda falar em biografia, em sentido próprio, na ausência de projeto? A primeira modernidade delineou um cenário no qual não apenas os dois termos se correspondem respectivamente, mas também projeto coletivo e projeto individual representam duas faces da mesma moeda. Os objetivos do projeto coletivo – liberdade, democracia, igualdade, bem-estar econômico – aparecem como as condições básicas para a realização do projeto individual. As biografias, por sua vez, estruturam-se em torno dessa coincidência. A segunda modernidade tende a apagar, com a idéia de continuidade temporal, também a idéia de projeto antes construída pelo ápice da modernidade. Hoje nos confrontamos, portanto, com construções biográficas de um caráter inédito, desvinculadas das formas de projeto tradicionalmente entendidas.

Podemos tomar emprestado de Lévi-Strauss (1962) o conceito de *bricolage* – figura do pensamento mágico e arcaico – para enfocar o estilo cognitivo particular que lhes serve de guia. Para Lévi-Strauss, o *bricoleur* é aquele que executa um trabalho com as próprias mãos empregando instrumentos distintos daqueles usados por um profissional. Observando-o, o que chama a atenção é sua capacidade de adaptar-se aos materiais disponíveis, de construir passo a passo o equipamento necessário. Na falta de um projeto específico no início, as ferramentas são criadas ao sabor do momento. Nenhum elemento do conjunto sobre o qual o *bricoleur* atua está vinculado a um emprego predeterminado; o resultado do trabalho liga-se às condições e aos meios com os quais o sujeito se confronta a cada instante. Os resultados do trabalho empreendido são, portanto, por definição, contingentes. Mas não só. O resultado final pode facilmente ser estranho à intenção inicial. Em certo sentido, o *bricoleur* – guiado por uma lógica essencialmente “prática” – personifica a separação entre racionalidade e intencionalidade.

Alberto Melucci (1998) evocou a figura do “nômade” como metáfora das trajetórias biográficas contemporâneas¹⁴. Os “nômades do presente” não perseguem uma meta, mas avançam/exploram envoltos pelo provisório. Não se defrontam com a idéia de uma fronteira, com uma idéia que ligue espaço e tempo a algo que “está à frente” e, como tal, deve ser “enfrentado” (Cassano, 1995, pp. 118-132). As fronteiras, no universo mediático em que vivemos, estão escancaradas. Os “nômades do presente” rodeiam, sem uma meta precisa, por lugares não conectados, estações singulares de suas biografias, cujas conexões podem ser eventualmente identificadas como resultado de uma reflexão *ex post*, e não com base em um projeto. A memória de longo prazo, que atravessa o tempo pessoal de vida, assim como a projeção no futuro não imediato, tende a permanecer, aqui, universo mudo. O tempo fragmenta-se em episódios, cada qual com seu próprio sistema temporal de referência.

Adquire força, nesse contexto, a tendência à experimentação – entendida, entretanto, não segundo a costumeira referência a um itinerário marcado por experimentos e erros, com o objetivo de identificar as vias mais idôneas para atingir um dado objetivo. O processo é invertido: experimentam-se “aplicações sempre diferentes das capacidades, dos talentos e dos outros recursos que possuímos, acreditamos possuir ou esperamos possuir” procurando “qual resultado nos dá a maior satisfação” (Bauman e Tester, 2002, p. 36). Daí deriva uma orientação para a ação pela qual “o segredo do sucesso consiste em não ser demasiadamente conservador, evitar acostumar-se com um caso particular, ser móvel e estar sempre ao alcance da mão” (*Idem*, p. 38).

Uma nova semântica do futuro

Os reflexos desses processos sobre os modelos de ação, sobre os modos de interpretar a realidade, sobre os estilos de vida e os modos de definição da identidade, podem ser facilmente intuídos. Seguindo o tema abordado neste estudo, gostaria, em particular, de chamar a atenção para o papel que essas mudanças exercem sobre o colocar, ou recolocar, em questão a própria fase de vida juvenil. Por definição, com efeito, esta possui uma dupla conexão com o tempo: por um lado, é considerada uma condição provisória, destinada a desaparecer com o transcorrer do tempo; por outro, como já ressaltamos amplamente, os jovens são socialmente solicitados a construir formas positivas de relação entre seu próprio tempo de vida e o tem-

14. Sobre as novas trajetórias biográficas, ver também Bauman (1996).

po social. Essa relação substanciava-se, até alguns decênios atrás (para os sujeitos do sexo masculino), em fases biográficas lineares e bem reconhecíveis: primeiramente a preparação para o trabalho, por meio da formação escolar; depois o exercício de um trabalho remunerado, fonte central de identidade e signo indiscutível da idade adulta; por fim, a aposentadoria.

Hoje, essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra, mas a exceção. Para os jovens, o processo de desinstitucionalização do curso da vida, que arrasta consigo igualmente o conceito de “biografia normal”, comporta o desaparecimento de um aspecto até aqui determinante na reflexão sobre a condição juvenil: a identificação da juventude como um conjunto de etapas, socialmente normativas, que conduzem progressivamente em direção ao mundo adulto (cf. Côté, 2000; Pollock, 2002, pp. 59-72; Skelton, 2002). Essas etapas, habitualmente sintetizadas pelo termo “transição”, identificavam a fase de vida juvenil como uma “travessia” guiada por passagens de *status*. Como nas três fases biográficas indicadas por Kohli¹⁵, também aqui a relação entre indivíduo e instituições era garantida pela trama entre tempo da vida e tempo social, sobre a base de uma seqüência linear facilmente reconhecível. Tornava-se adulto, em sentido pleno, aquele que tivesse percorrido o trajeto que previa, em uma sucessão rápida, “etapas” como a conclusão dos estudos, a inserção no mundo do trabalho, o abandono da casa dos pais para morar independentemente, a construção de um núcleo familiar autônomo e o nascimento dos filhos. Hoje, embora esses acontecimentos ainda devam, em algum momento, verificar-se, desapareceram tanto sua ordem e irreversibilidade como a moldura social que lhes garantia seu sentido global.

Essa moldura de sentido, mais do que da seqüencialidade, da linearidade e da rápida sucessão de cada etapa particular, era fruto do *valor simbólico* do qual, no seu conjunto, elas se revestiam na vida do indivíduo jovem. Por seu intermédio, com efeito, ao mesmo tempo que se confirmava o caráter “finito” da fase de vida juvenil, os dois pólos da autonomia (interior) e da independência (social) podiam entrar numa conjunção positiva. A juventude concebida como fase de transição, em uma palavra, permitia pensar a relação entre identidade individual e identidade social como uma relação entre duas dimensões não apenas complementares, mas superpostas de modo praticamente perfeito. A certeza de ter alcançado a autonomia interior era garantida pela progressiva passagem a degraus cada vez mais elevados de independência, possibilitados

15. Martin Kohli, sociólogo suíço e professor da Universidade Livre de Berlim desde 1977, realizou várias pesquisas e é autor de vários livros e artigos sobre as idades da vida e as gerações. Ver Kohli (1985) (N. E.).

pela relação com instituições sociais com suficiente credibilidade e não fragmentadas.

Hoje o cenário, em termos gerais, alterou-se. As instituições sociais continuam a cadenciar os tempos do cotidiano, mas desapareceu sua capacidade de garantir aos sujeitos uma dimensão fundamental na construção da individualidade: o sentido da continuidade biográfica. Como já foi comentado, na sociedade do “risco mundial”, uma trajetória socialmente normalizada em direção à idade adulta deixou de existir¹⁶. O ponto de chegada dessa trajetória, por sua vez, é incerto, bem como os itinerários para alcançá-lo. A continuidade biográfica torna-se, assim, fruto da capacidade individual de construir e reconstruir, sempre de novo, molduras de sentido, narrativas sempre novas, a despeito da moldura temporal presentificada.

A obrigação de “individualização” das biografias – em busca das soluções biográficas mais adequadas para resolver as contradições sistêmicas do momento – caracteriza, conseqüentemente, a fase histórica em que vivemos (cf. Beck e Beck-Gernsheim, 2003). Isso implica uma nova ênfase na autodeterminação, na autonomia e na escolha (sem apagar, obviamente, os sulcos profundos traçados pelas diferenças de classe, de pertencimento étnico e, num plano talvez menos evidente, mas não menos poderoso, de gênero). Para os jovens, tudo isso se traduz na conquista de novos percursos de liberdade e de espaços de experimentação, mas também na perda do caráter evidente de uma relação positiva com o tempo social.

Se é verdade que o “prolongamento” da fase juvenil da vida constitui, hoje, seu aspecto mais em evidência, a transformação decisiva consiste, entretanto, no desaparecimento da possibilidade de ancorar as *experiências* que os jovens realizam – nessa fase, como sabemos, as experiências se sucedem com uma intensidade existencial e um ritmo quase único – no mundo das *instituições sociais e políticas*. A crise do futuro, e do projeto, que analisamos nestas páginas, é uma expressão direta dessa dificuldade.

*Munir-se para o confronto com o futuro na “sociedade do risco”:
as novas tendências da juventude*

Para os jovens, no centro dessa crise está a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade. Assim, por exemplo, é possível entrar no mercado de trabalho, sair dele pouco depois e reingressar

16. A literatura sobre esse tema já é vastíssima. Em caráter indicativo, ver Bynner, Chisholm e Furlong (1997); Cavalli e Galland (1993); Du Bois-Reymond (1998, pp. 63-79); Furlong e Cartmel (1998); Wyn e White (1997). Ver também Leccardi e Ruspini (2005). Para uma análise detalhada dos processos de transformação da condição juvenil na Itália, ver os volumes organizados pelo Istituto Iard nos últimos vinte anos.

novamente, sem que se possa identificar nesses ingressos uma progressão em direção à incorporação de papéis adultos; ou, no que se refere aos estudos universitários, interrompê-los, retomá-los e depois concluí-los, sem que a aquisição de credenciais educacionais superiores represente uma verdadeira “reviravolta” no plano biográfico, um *empowerment* capaz de abrir o caminho para situações existenciais com um sentido novo: não apenas sob o ponto de vista da estabilidade do trabalho, mas também, na Europa mediterrânea, por exemplo, no que diz respeito à escolha entre viver só ou com um parceiro, ou mesmo de construir um núcleo familiar próprio. Em suma, a autonomia existencial dissocia-se da aquisição da independência social e econômica.

É essencial, entretanto, que não limitemos a reflexão apenas aos aspectos de perda, de redução das possibilidades de ação, associadas aos processos de redefinição temporal da segunda modernidade. Existe, com efeito, uma vertente diferente desses mesmos processos, uma faixa de luz que é preciso analisar com igual atenção. Sobre ela projetam-se as estratégias que os sujeitos constroem para enfrentar essas transformações e, sempre que possível, controlá-las. Como revelou pesquisa recente sobre as alterações nos modos de os jovens viverem sua relação com o tempo – mencionada no início destas reflexões¹⁷ –, o resultado desses importantes processos de reestruturação da relação entre jovens, tempo biográfico e tempo social não se reduz à absolutização do presente imediato e à glorificação do aqui e agora. As identidades não se conjugam apenas no presente. Embora essa opção transpareça em algumas entrevistas, ela não exclui outras respostas. Diversos jovens parecem empenhados, por exemplo, na busca de novas relações entre o processo de produção e criação pessoal, comumente associado ao futuro, e as condições particulares de incerteza nas quais esse processo é vivenciado hoje em dia.

O futuro é relacionado, assim, com a abertura potencial – o futuro constitui, hoje mais do que nunca, o espaço do devir possível –, mas, ao mesmo tempo, com uma indeterminação expressa, com frequência cada vez maior, como insegurança. No interior da virtualidade que, por definição, caracteriza o futuro (o que existe em potência, mas não em ato), delineia-se, em outras palavras, um cruzamento peculiar entre a “anarquia do futuro”, para empregar a expressão de Elisabeth Grosz (1999), e a hesitação, a ânsia, o desejo, mais ou menos subterrâneo, de substituir o projeto pelo sonho. Diante do crescimento desses traços ambivalentes do futuro, parece ser fundamental a capacidade de cada um/cada uma elaborar estra-

17. Ver, em particular, Leccardi (2005b).

tégias cognitivas que garantam o controle sobre o tempo da vida, a despeito do aumento da contingência: por exemplo, desenvolvendo a habilidade de manter uma direção ou trajetória a despeito da impossibilidade de prever seu destino final.

Numa pesquisa recente realizada com jovens franceses e espanhóis, na qual apareceu uma orientação biográfica análoga, isso foi eficazmente definido como “estratégia da indeterminação” (Lasen, 2001, p. 90). Essa expressão procura ressaltar a crescente capacidade dos jovens com mais recursos reflexivos (por exemplo, os estudantes) de ler a incerteza do futuro como multiplicação das possibilidades virtuais, e a imprevisibilidade associada ao devir como potencialidade agregadora, não como limite à ação. Em outras palavras, diante de um futuro cada vez menos ligado ao presente por uma linha ideal que os una, reforçando reciprocamente seus sentidos, uma parcela dos jovens – talvez não majoritária, mas com certeza culturalmente dominante – elabora respostas capazes de neutralizar o temor paralisante do futuro. De modo análogo, uma parte dos jovens entrevistados, de ambos os sexos em igual número, exprime de maneira clara a tendência a abrir-se de modo positivo para a imprevisibilidade, levando em conta antecipadamente a possibilidade de mudanças, até mesmo repentinas, de respostas a serem construídas em “tempo real”, à medida que as “oportunidades” se apresentam. O treinamento para a velocidade imposto pelos ritmos sociais é, nesse caso, “desfrutado” da melhor maneira: ser veloz torna-se um *atout*, permite “agarrar o instante” de modo positivo, conduzir uma experimentação que pode ter influências favoráveis no conjunto do tempo da vida.

Para esses jovens, a incerteza do futuro significa, portanto, disponibilidade diante do acidental, do fortuito – o “acaso” que muitos de nossos entrevistados e entrevistadas parecem estimar. Aqui, o controle sobre o tempo biográfico não se identifica com a capacidade de realizar projetos específicos, o que neutraliza os eventuais imprevistos que apareçam no caminho. O controle equivale, antes, à *vontade* de atingir os objetivos gerais almejados – grande parte dos jovens, mesmo na ausência de verdadeiros projetos existenciais, possui um ou mais objetivos de grande fôlego colocados no futuro: no tocante ao trabalho, à vida privada ou, antes, ao “cuidado de si” à *la* Foucault (1984). O aspecto inovador dessa nova construção biográfica – em cujo próprio centro está a tensão de um “futuro sem projeto” – é a capacidade de aceitar a fragmentação e a incerteza do ambiente como um dado não eliminável, que deve ser transformado em recurso graças a um exercício constante de consciência e reflexividade.

Deve-se ressaltar, desde logo, que aqueles que exprimem essa estratégia temporal parecem especialmente ricos em recursos – culturais, sociais e econômicos. Se os sujeitos dominantes de nossa época são aqueles que se diferenciam em virtude de sua capacidade de utilizar bem, em termos de poder, a velocidade e a mobilidade, esses jovens parecem trilhar esse caminho. Quem, pelo contrário, possui poucos recursos sociais e culturais parece, sobretudo, *sofrer* com a perda do futuro progressivo e da capacidade de propor projetos da primeira modernidade. Para esses jovens, o futuro, fora de controle, pode ser somente anulado, apagado para dar lugar a um presente sem fascínio. Nesses casos, como bem descreveu Robert Castel (1996), refletindo sobre o individualismo contemporâneo, estamos diante de uma forma de individualismo “por falta”: aqui, o indivíduo não possui os suportes necessários para construir sua própria autonomia e é expulso para uma identidade sem espessura temporal. A aceleração social torna-se, assim, de modo evidente, fonte de exclusão social, traduzindo-se em uma estaticidade passiva.

A maior parte dos jovens, moços e moças, em resposta às condições sociais de grande insegurança e de risco, encontra refúgio sobretudo em projetos de curto ou curtíssimo prazo, que assumem o “presente estendido” como área temporal de referência. Reagem ao “tempo curto” da sociedade da aceleração com projetos *sui generis*, que se expressam sobre arcos temporais mínimos e que, por isso mesmo, parecem extremamente maleáveis. Em alguns casos, parecem configurar-se essencialmente como uma reação à inquietação que a própria idéia de futuro evoca; em outros, assumem as características de formas projetivas marcadas pela concretude – em geral ligadas à conclusão positiva de atividades já iniciadas – capazes de responder tanto à necessidade de assenhorear-se do tempo biográfico em um ambiente veloz e incerto, como à pressão social por resultados a curto prazo. Nesse último caso, a tipologia dos “projetos curtos” aparece como um tipo de “terceira via” entre a capacidade especial de gestão da complexidade, própria do primeiro tipo de orientação biográfica que analisamos, e a referência exclusiva ao presente daqueles que não conseguem construir reações adequadas mediante o crescimento da indeterminação do futuro. A concentração em uma área temporalmente delimitada permite, com efeito, a construção de uma vivência do tempo como campo unificado e contínuo, subjetivamente controlável; por sua vez, o domínio sobre os tempos da vida é buscado, não por meio da elaboração de metas temporalmente distantes (objetivo irrealista na sociedade da incerteza), mas em seu exercício

no aqui e agora. Essa estratégia da “via mediana” parece especialmente atraente porque, enquanto não impede de todo uma projeção no futuro por meio do projeto, está em sintonia com a orientação maleável que se tornou necessária em uma época na qual os processos de mudança são rápidos e frequentemente imprevisíveis.

Concluindo: em uma época na qual o futuro a médio e longo prazos não pode ser discutido sem suscitar preocupações e, com frequência, um sentimento de verdadeiro temor, um método de ação baseado no “avaliar a cada vez”, no “quando as portas se abrem para mim, devo procurar não fechá-las”, no “aproveitar as oportunidades no momento em que aparecem”, pode representar uma estratégia racional para transformar a imprevisibilidade em uma *chance* de vida, para transformar a opacidade do futuro em uma oportunidade para o presente, para dispor-se positivamente diante do futuro. Se, nesse cenário, o mecanismo de diferimento das recompensas confirma sua inadequação como padrão de referência para o agir social, um número crescente de jovens parece, todavia, capaz de substituí-lo por modelos de ação construídos a partir de novas formas de disciplina temporal (por exemplo, para períodos breves, mas intensos, “finitos”), de programação e controle atento sobre o tempo cotidiano.

Em um período histórico de crise do futuro (e de crise da concepção da juventude como transição para a vida adulta *tout court*), delinea-se assim um novo “estado de ânimo” juvenil em relação ao tempo. Em seu centro está a necessidade de não se deixar engolir pela velocidade dos eventos, de controlar a mudança equipando-se para agir prontamente, de não desprezar o tempo deixando que “as coisas aconteçam”, de não se deixar encurralar pela insegurança difusa. Ainda que o tempo vivenciado seja sobremaneira incerto, o que parece importante é, sobretudo, “manter a rota”, não perder a direção interior.

Se essas experimentações biográficas terão resultado positivo, permitindo aos jovens a necessária integração social, dependerá também da capacidade do mundo adulto de reconhecer sua legitimidade como expressão da semântica do futuro no século XXI.

Referências Bibliográficas

- ADAM, B. (1998), *Timescapes of modernity: the environment and the invisible hazards*. London/New York, Routledge.
- _____. (1999), “La responsabilità e la dimensione temporale della scienza, della tecnologia e della natura”. In: LECCARDI, C. (ed.), *Limiti della modernità*. Roma, Carocci.
- AGAMBEN, G. (1978), *Infanzia e storia*. Torino, Einaudi.
- BAUMAN, Z. (1995), “Searching for a centre that holds”. In: FEATHERSTONE, M., LASH, S. & ROBERTSON, R. (eds.). *Global modernities*. London, Sage.
- _____. (1996), “From pilgrim to tourist: or a short history of identity”. In: HALL, S. & DU GAY, P. (eds.). *Questions of cultural identity*. London, Sage.
- _____. (2000a), *La società dell'incertezza*. Bologna, Il Mulino.
- _____. (2000b), *Liquid modernity*. Cambridge, Polity Press. [Trad. port. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.]
- _____. (2000c), *La solitudine del cittadino globale*. Milano, Feltrinelli.
- BAUMAN, Z. & TESTER, K. (2002), *Conversazioni con Zygmunt Bauman*. Milano, Raffaello Cortina.
- BECK, U. (1999), *World risk society*. London, Sage.
- _____. (2004), *Der kosmopolitische Blick oder: Krieg ist Frieden*. Frankfurt a. M., Suhrkamp.
- BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. (2003), *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. London, Sage.
- BERGER, P., BERGER, B. & KELLNER, H. (1973), *The homeless mind*. New York, Vintage Books/Random House.
- BYNNER, J., CHISHOLM, L. & FURLONG, A. (eds.). (1997), *Youth, citizenship and social change in a European context*. Aldershot, Ashgate.
- CASSANO, F. (1995), “Pensare la frontiera”. *Rassegna Italiana di Sociologia*, 1: 118-132.
- CASTEL, R. (1996), *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris, Fayard. [Trad. port. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.]
- CAVALLI, A. (1980), “La gioventù: condizione o processo?”. *Rassegna Italiana di Sociologia*, 4: 519-542.
- _____. (org.). (1985), *Il tempo dei giovani*. Bologna, Il Mulino.
- CAVALLI, A. & GALLAND, O. (orgs.). (1993), *L'allongement de la jeunesse*. Arles, Actes Sud.
- CÔTÉ, J. (2000), *Arrested adulthood: the changing nature of maturity and identity*. New York/London, New York University Press.
- CRESPI, F. (org.). (2005), *Tempo vola*. Bologna, Il Mulino.

- DU BOIS-REYMOND, M. (1998), " 'I don't want to commit myself yet': young people's life concepts". *Journal of Youth Studies*, I (1): 63-79.
- DURKHEIM, E. (1963), *Le forme elementari della vita religiosa*. Milano, Comunità (1 ed. 1912). [Trad. port. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.]
- ELIADE, M. (1976), *Trattato di storia delle religioni*. Torino, Boringhieri (1 ed. 1948).
- ELIAS, N. (1986), *Saggio sul tempo*. Bologna, Il Mulino (1 ed. 1984). [Trad. port. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.]
- FOUCAULT, M. (1984), *Le souci de soi*. Paris, Gallimard. [Trad. port. *História da sexualidade III – O cuidado de si*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.]
- FURLONG, A. & CARTMEL, F. (1998), *Youth and social change. Individualization and risk in late modernity: the construction and deconstruction of youth in East and West Europe*. Houndmills, Basingstoke, Palgrave.
- GOUREVITCH, A. J. (1975), "Le temps comme problème d'histoire culturelle". In: RICOEUR, P. et al. *Les cultures et le temps*. Paris, Payot/Unesco. [Trad. port. "O tempo como problema de história cultural", em *As culturas e o tempo*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp, 1975.]
- GROSZ, E. (ed.). (1999), *Becomings: explorations in time, memory and futures*. Ithaca/London, Cornell University Press.
- KOHLI, M. (1985), "Die Institutionalisierung des Lebenslauf. Historische Befunde und theoretische Argumente". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 37: 1-29.
- KOSELECK, R. (1986), *Futuro passato: per una semantica dei tempi storici*. Genova, Marietti.
- LASEN, A. (2001), *Le temps des jeunes: rythmes, durée et virtualités*. Paris, L'Harmattan.
- LECCARDI, C. (1996), *Futuro breve: le giovani donne e il futuro*. Torino, Rosenberg & Sellier.
- _____. (org.). (1999), *Limiti della modernità: trasformazioni del mondo e della conoscenza*. Roma, Carocci.
- _____. (2005a), "Facing uncertainty: temporality and biographies in the new century, young". *Nordic Journal of Youth Research*, 13 (2): 123-146.
- _____. (2005b), *I tempi di vita tra accelerazione e lentezza*. In: CRESPI, F. (ed.). *Tempo vola*. Bologna, Il Mulino.
- LECCARDI, C. & RUPINI, E. (eds.). (2005), *A new youth?*. Aldershot, Ashgate.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1962), *La pensée sauvage*. Paris, Plon.
- LÜBBE, H. (1998), "Die Gegenwartsschrumpfung". In: BACKHAUS, K. & BONUS, H. (orgs.). *Die Beschleunigungsfalle oder der Triumph der Schildkröte*. Stuttgart, Schäffer/Pöschel.

- LUHMANN, N. (1978), "The future cannot begin: temporal structures in modern society". *Social Research*, 43: 130-152.
- MELUCCI, A. (1998), *Nomads of the present*. London, Hutchinson.
- NECKEL, S. (1988), "Entzauberung der Zukunft". In: ZOLL, R. (ed.). *Zerstörung und Wiederaneignung der Zeit*. Frankfurt a. M., Suhrkamp.
- NOWOTNY, H. (1994), *Time: the modern and postmodern experience*. Cambridge, Polity Press.
- PATTARO, G. (1975), "La conception chrétienne du temps". In: RICOEUR, P. et al. *Les cultures et le temps*. Paris, Payot/Unesco. [Trad. port. "A concepção cristã de tempo", em *As culturas e o tempo*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp, 1975.]
- POLLOCK, G. (2002), "Contingent identities: updating the transitional discourse". *Young*, 10 (1): 59-72.
- POMIAN, K. (1981), "La crisi dell'avvenire". In: ROMANO, R. (org.). *Le frontiere del tempo*. Milano, Il Saggiatore.
- ROSA, H. (2003), "Social acceleration: ethical consequences of a desynchronized high-speed society". *Constellations*, 10 (1): 3-33.
- SCHUTZ, A. (1971), *Collected papers*. The Hague, Martinus Nijhoff.
- SKELTON, T. (2002), "Research on youth transitions: some critical interventions". In: CIESLIK, M. & POLLOCK, G. (eds.). *Young people in risk society: the restructuring of youth identities and transitions in late modernity*. Aldershot, Ashgate.
- SPENCER, S. (1986), "Social science and the consciousness of the future". *Theory and Society*, 5.
- TABBONI, S. (1986), "Le radici quotidiane della rappresentazione del tempo storico". In: BELLONI, M. C. (org.). *L'aporia del tempo*. Milano, Angeli.
- VERNANT, P. (1970), *Mito e pensiero presso i Greci*. Torino, Einaudi (1 ed. 1965).
- WEBER, M. (1965), *L'etica protestante e lo spirito del capitalismo*. Firenze, Sansoni (1 ed. 1922). [Trad. port. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.]
- WYN, J. & WHITE, R. (1997), *Rethinking youth*. London, Sage.

RResumo

Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo

Se a "primeira modernidade" construiu o significado do futuro como tempo da experimentação e das possibilidades, a "segunda modernidade" encara-o, ao contrário, como dimensão incerta, como limite potencial, mais do que como fonte de recursos. Esse novo enquadramento semântico configura também, profundamente, os modos e as formas pelos quais as biografias juvenis são definidas. Enquanto o "projeto de vida" constitui cada vez menos o princípio capaz de estruturar as biografias em uma época

presentificada como a contemporânea, esboçam-se novas modalidades de relação com o futuro (e com o tempo). Essas formas de temporalização, particularmente visíveis nas construções biográficas juvenis, não implicam, entretanto, a pura e simples perda do futuro e a renúncia ao projeto *tout court*. Ao contrário, como indicam pesquisas recentes, uma parte ao menos do mundo juvenil aparece ativamente empenhada na construção de formas de mediação entre a necessidade de controle subjetivo sobre o tempo futuro e o ambiente social altamente arriscado e incerto de nossos dias.

Palavras-chave: Futuro; “Segunda modernidade”; Jovens; Biografias; Incerteza.

Abstract

Towards a new meaning of the future: social change, youths and time

If, on the one hand, the ‘first modernity’ built the meaning of the future as a time for experimentation, on the other hand, the “second modernity” sees it as an uncertain dimension, as a potential limit more than a source of resources. This new semantic format also configures, in a profound manner, the ways and forms with which juvenile biographies are defined. While a “life project” constitutes less and less of the principle that can structure biographies in an ever ‘presentified’ period as that of contemporaneity, new modalities of relationship with the future (and with time) are drawn up. These forms of temporalization, particularly visible in the construction of juvenile biographies, however, do not imply the pure and simple loss of a future and the renunciation of the project as such. As recent researches show, it is quite the opposite, at least, a part of the juvenile world appears to be actively involved in the construction of means of mediation between the need for a subjective control over future time and the present highly risky and uncertain social environment.

Keywords: Future; “Second modernity”; Youths; Biographies; Uncertainty.

Texto recebido e aprovado em 9/9/2005.

Carmen Leccardi é professora de Sociologia da Cultura na Faculdade de Sociologia da Universidade de Milão-Bicocca (Itália) e dirige, desde 1992, juntamente com Mike Crang, a revista *Time and Society* (Sage). Entre suas publicações mais recentes estão *Nuovi orizzonti del tempo* (no prelo) e *A new youth?* (2005, organizada por Elisabetta Ruspini). E-mail: carmen.leccardi@unimib.it